

O PODER SIMBÓLICO E A COOPERAÇÃO PORTUGUESA: UMA ANÁLISE SOBRE O PAPEL DA LÍNGUA

Bruna Martins

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica Edgar Cardoso, s/n, 4150-564 Porto, Portugal
brunarsmartins1@gmail.com

Rui da Silva

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto
Via Panorâmica Edgar Cardoso, s/n, 4150-564 Porto, Portugal
rdasilva.email@gmail.com

La Salette Coelho

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Via Panorâmica Edgar Cardoso, s/n, 4150-564 Porto, Portugal
ceaup.lasaletecoelho@gmail.com

O poder simbólico e a Cooperação Portuguesa: Uma análise sobre o papel da língua

O artigo procura analisar e refletir sobre o papel da língua portuguesa enquanto sistema de poder simbólico na Cooperação Portuguesa promovida pela Administração Central. A análise centra-se no período de 1999 a 2019, tendo por referência os diferentes documentos produzidos neste período. O presente artigo é, em parte, um exercício de autorreflexão, uma vez que os autores se posicionam como “amigos críticos” e não observadores externos da Cooperação Portuguesa. A reflexão realizada permite inferir que a língua, enquanto estratégia de soft power do Estado português, cria um viés aos objetivos inerentes à cooperação para o desenvolvimento, surgindo como um sistema de poder simbólico que perpetua relações de colonialidade.

Palavras-chave: cooperação portuguesa, poder simbólico, língua portuguesa, colonialidade, cooperação para o desenvolvimento, política externa portuguesa

The symbolic power and the Portuguese Cooperation: An analysis of the role of the language

This article aims to analyse and reflect on the role of the Portuguese language as a symbolic power system in the Portuguese Cooperation. This analysis is focused on the period between 1999 and 2019, based on the different documents published in this period. This article is in some extent a self-reflection, since the authors consider themselves as “critical friends” and not external observers of the Portuguese Cooperation. The article argues that the Portuguese language emerges as a symbolic power system that perpetuates coloniality relationships stemming from the fact that it is a soft power strategy from the Portuguese state, not a development objective.

Keywords: Portuguese cooperation, symbolic power, Portuguese language, coloniality, development cooperation, Portuguese foreign policy

Recebido: 01 de abril de 2020

Aceite: 17 de julho de 2020

O presente artigo tem por objetivo analisar e refletir sobre a presença do poder simbólico de Bourdieu (2011) na Cooperação Portuguesa Centralizada (CP)¹.

A teoria de partida deste estudo é a estruturalista, seguindo, também, as suas variantes – pós-colonial e teorias da dependência (ver, por exemplo, Ashcroft, Griffiths, & Tiffin, 2007; Cornwall & Eade, 2010; Grosfoguel, 2009; Harber, 2014). Esta abordagem atribui um papel central às estruturas, veículos de “reprodução e repetição de relacionamentos sociais” (Cravinho, 2002, p. 178). Estes fenómenos geram desigualdades económicas estruturais e relações de dependência e de dominação, que marcam as relações Norte-Sul, criando um desenvolvimento desigual (Cravinho, 2002; Milando, 2005; Little & Green, 2009; Nogueira & Messari, 2005a e 2005b), destacando-se os fenómenos do colonialismo e da colonialidade, sendo este último proveniente do primeiro, mas possuindo um carácter mais duradouro (Quijano, 2009, p. 73).

Em vez de nos posicionarmos como observadores externos, consideramo-nos “amigos críticos”, uma vez que dois dos autores já colaboraram/colaboram com a CP, assumindo este artigo, em parte, um exercício de autorreflexão. O uso deste exercício enquanto estratégia metodológica segue os pressupostos da literatura (Coghlan & Brydon-Miller, 2014) e está em linha de outros estudos como, por exemplo, Castanheira, Barreto, F. Santos, M. I. Santos, e Silva (2018).

O presente artigo centra-se no período de 1999 a 2019 seguindo uma análise qualitativa a partir dos documentos: *A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI – Documento de orientação estratégica* (Resolução de Conselho de Ministros [RCM] n.º 43/99, de 18 de maio), *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa* (RCM n.º 196/2005, de 22 de dezembro), *Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020* (RCM n.º 17/2014, de 7 de março) e a Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/2010, de 4 de novembro. Este período temporal foi selecionado por ser um dos mais profícuos em termos de produção de documentos da CP e por se terem operado alterações importantes no que se refere à introdução de inovações à luz do contexto nacional e internacional em relação a conceitos/teorias, práticas e políticas nesta área.

O artigo está dividido em quatro partes: na primeira, realizamos uma breve contextualização da CP; segue-se uma exposição sobre o conceito de poder simbólico de Bourdieu; na terceira, procuramos refletir sobre a presença e a função

¹ No presente artigo a sigla CP diz sempre respeito à estratégia de cooperação promovida pela administração central de carácter bilateral que ocorre quando “um país ajuda um outro diretamente para realização de projetos ou de programas de desenvolvimento” (Dubois, s.d). Por esta razão, as questões inerentes à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) como, por exemplo, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), não são abordadas.

da língua portuguesa como sistema de poder simbólico CP; na quarta são apresentadas breves considerações finais.

A Cooperação Portuguesa para o desenvolvimento

O significado de desenvolvimento é mutável e deve ser enquadrado no momento histórico em que se vive e nos pressupostos inerentes a quem invoca a palavra. Não podemos também descurar que a noção de desenvolvimento foi fortemente influenciada desde os séculos XVII e XVIII até ao presente pelo percurso histórico dos países ocidentais, industrializados e capitalistas (Cornwall & Eade, 2010; Harber, 2014; Unterhalter & McCowan, 2015).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, com a consequente criação da Organização das Nações Unidas (1945), do Banco Mundial (1944), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) (1961) e o início dos movimentos anticoloniais entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, a discussão sobre o desenvolvimento centrava-se nas diferenças entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento (Harber, 2014; King & McGrath, 2004; Shields, 2013). Os principais critérios utilizados para esta classificação eram o grau de industrialização da economia e a capacidade de assegurarem às populações condições mínimas de vida consideradas essenciais. Este facto levou a que os países mais ricos, considerados desenvolvidos, tivessem a responsabilidade de ajudar os mais pobres a se desenvolverem (Harber, 2014). Nesta altura, a principal preocupação era o desenvolvimento económico associado à industrialização da economia. Apesar da contestação entre a classificação de país desenvolvido e em desenvolvimento e/ou países do Norte e do Sul global, o conceito de desenvolvimento continua a perdurar e a estar presente no debate político e académico (Harber, 2014). Contudo, é importante ter em consideração que o conceito de desenvolvimento é polissémico e que, ao longo do tempo, se foi alterando e, conseqüentemente, as modalidades, os atores, os objetivos e o horizonte temporal da cooperação para o desenvolvimento (Harber, 2014; King & McGrath, 2004; Klees, 2010; Shields, 2013). Por esta razão devemos ter presente que a cooperação para o desenvolvimento é um setor controverso (ver, por exemplo, Klees, 2010; Milando, 2005), que envolve um número elevado de pessoas e de dinheiro (Harber, 2014).

O primeiro documento oficial que menciona a CP em Portugal surge em 1999, intitulado *A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI – Documento de orientação estratégica* (RCM n.º 43/99, de 18 de maio), no qual a língua portuguesa é destacada como meio de prossecução da primeira prioridade setorial (“Formação,

educação, cultura e património”), uma vez que “Portugal partilha com os PALOP e com o Brasil um meio de comunicação privilegiado, o português” (p. 2650). Neste sentido, a prioridade geográfica dos projetos da CP incide nos PALOP e em Timor-Leste (RCM n.º 196/2005, de 22 de dezembro, p. 7186; e RCM n.º 17/2014, de 7 de março, pp. 1764 e 1766), verificando-se um importante espaço ocupado pela lusofonia na CP, sendo a língua portuguesa um instrumento de escolaridade e formação (RCM n.º 196/2005, de 22 de dezembro, p. 7184).

Contudo, apenas em 2005, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2005, de 22 de dezembro, foi publicado o documento *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*, o primeiro documento oficial a clarificar os objetivos da CP, definindo as áreas prioritárias de intervenção e os mecanismos para a prossecução dos objetivos. Esta estratégia introduziu também inovações à luz do contexto internacional em matéria de cooperação, tais como os *clusters*, que podem ser definidos como um conjunto de projetos com um enquadramento comum, na mesma área geográfica, embora executados por diferentes instituições (Faria, 2014; Oliveira & ACEP, 2012). Em 2010, é publicada a *Resolução de Conselho de Ministros n.º 82/2010*, de 4 de novembro, sobre a missão fundamental da CP; e, em 2014, o *Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020* (RCM n.º 17/2014, de 7 de março), último documento oficial nesta matéria que refere continuarem a permanecer “válidos os principais princípios e prioridades estabelecidos no documento *Uma Visão Estratégica da Cooperação Portuguesa* [...] nomeadamente no que diz respeito às prioridades geográficas”, acrescentando, no entanto, novas “áreas de intervenção, com destaque para o ambiente, crescimento verde e a energia, o setor privado e o desenvolvimento rural e mar”. No momento de escrita do presente artigo está prevista a publicação de uma nova Resolução do Conselho de Ministros nesta matéria.

A CP, nos últimos anos, pode ser caracterizada por colocar ênfase no apoio aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa; por focar-se no setor das infraestruturas e serviços sociais; pela promoção da língua portuguesa; por não cumprir as metas assumidas internacionalmente, no que concerne, por exemplo, a disponibilizar 0,7% do Rendimento Nacional Bruto à Ajuda Pública ao Desenvolvimento; e por não ser transversal aos ciclos eleitorais de Portugal, dificultando o seu consenso, coerência, relevância e estabilidade institucional.

A CP tem-se transformado, tendo em conta os seus objetivos estratégicos (desde 2015), num meio de promoção e divulgação da língua portuguesa (RCM n.º 196/2005, de 22 de dezembro; e RCM n.º 17/2014, de 7 de março). Esta função de promoção/expansão da língua portuguesa, à qual a CP está oficialmente ligada, tornou-se mais evidente com a criação do Camões - Instituto da

Cooperação e da Língua, I.P. (Camões - ICL), em 2012, através da fusão entre o Instituto Camões (Camões, I.P.), criado em 1992, e o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), criado em 2003 (Camões-ICL, s.d.). Este novo instituto manteve a função primordial atribuída ao Instituto Camões – “promoção externa da língua e da cultura portuguesas” (DL n.º 21/2012, de 30 de janeiro) –, intenção assumida publicamente pelo vice-primeiro ministro à data, Paulo Portas (Oliveira & ACEP, 2013). Após esta fusão, Portugal passou a ser o único doador a colocar a cooperação para o desenvolvimento associada à promoção da língua (Ferreira, Cardoso, & Faria, 2015), sendo que, pelo menos aparentemente, a cooperação para o desenvolvimento de Portugal passa a estar como subsidiária da língua. Um exemplo desta predominância é facilmente verificado no acesso ao sítio institucional da internet do Camões - ICL, onde as questões da língua e da cultura têm destaque. O próprio nome, Camões, invariavelmente associado a Luís Vaz de Camões, poeta e autor de *Os Lusíadas*, que celebra os feitos marítimos e guerreiros de Portugal, indubitavelmente associado à língua portuguesa e ao imaginário dos “descobrimentos” que permitiu aos portugueses “dar novos mundos ao mundo”, reforçando o surgimento de relações de colonialidade cultural de carácter simbólico, aponta nesse sentido.

Esta (con)fusão entre os dois institutos foi alvo de críticas (Faria, 2014; Ferreira *et al.*, 2015; Oliveira & ACEP, 2012) sendo a promoção da língua portuguesa considerada um dos aspetos mais negativos da CP na avaliação realizada pelo Comité de Apoio ao Desenvolvimento da OCDE, em 2010 (OCDE, 2010). Este facto é apontado, porque o objetivo da promoção da língua como um fim em si mesmo não é considerado um “*development objective*” (OCDE, 2010), uma vez que esta estratégia não é suficiente para fortalecer as capacidades humanas e institucionais inerentes à cooperação para o desenvolvimento.

O conceito de poder simbólico de Bourdieu

Para o presente artigo, tendo em consideração que aborda a língua portuguesa enquanto sistema de poder simbólico na CP, importa referir que, para Bourdieu (2011, p. 4), o poder simbólico é “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

Para este autor, o poder simbólico é exercido por sistemas simbólicos – arte, religião e língua – “instrumentos de conhecimento e de comunicação”, que são estruturas estruturantes. Seguindo uma lógica durkheimiana, Bourdieu (2011, p. 6) encontra uma função social nestes sistemas – uma função de integração social e de reprodução da ordem social.

Na construção da sua teoria, Bourdieu insere o conceito de dominação numa lógica marxista e engelianiana, afirmando que “a cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante”, sendo a integração social dos indivíduos e culturas num posicionamento mais frágil, uma integração fictícia. Observa-se, então, uma legitimação da cultura dominante e o posicionamento das restantes culturas “pela sua distância em relação à cultura dominante” (Bourdieu, 2011, 2014, p. 7).

Deste modo, para além da sua função social, os sistemas simbólicos possuem uma função política, enquanto instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, verificando-se uma violência simbólica, conceito que Bourdieu (2014, p. 223) define como “formas de constrangimento que assentam em acordos não conscientes entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais”, cujo monopólio é detido pelo Estado (Bourdieu, 2014). Para completar a sua síntese sociológica, Bourdieu refere a expressão weberiana “domesticação dos dominados” (Bourdieu, 2011, pp. 7-8).

O poder simbólico revela-se, assim, como “uma forma transformada [...], transfigurada e legitimada, de outras formas de poder [...] capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia” (Bourdieu, 2011, pp. 11-12).

Importa ainda salientar que, segundo Bourdieu (2013, p. 134), e no que concerne às relações de dominação linguística, estas têm uma lógica específica, não procurando uma “dominação estritamente económica”. Enquanto sistema simbólico, a língua desenvolve-se graças a condições institucionais de codificação e imposição generalizadas (Saussure, 1960, citado em Bourdieu, 2008, p. 31). Segundo Bourdieu (2008, p. 31), a língua garante, num grupo, “o mínimo de comunicação que é a condição da produção económica e mesmo da dominação simbólica”, principalmente se se tratar de uma língua oficial, produto de uma dominação política e condição de dominação linguística.

A presença do poder simbólico na Cooperação Portuguesa: a língua portuguesa

Como referido anteriormente, na política externa portuguesa a língua reveste-se de uma importância estratégica basilar, sendo considerada um valor fundamental e promovida pelos projetos de educação no âmbito da CP (RCM n.º 196/2005, de 22 de dezembro, p. 7181; e Despacho n.º 25931/2009, de 26 de novembro).

De acordo com *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa* (RCM n.º 196/2005, de 22 de dezembro, p. 7181), a língua portuguesa constitui uma vanta-

gem estratégica no âmbito da cooperação para o desenvolvimento nos países de língua oficial portuguesa.

Considerando que as políticas de planificação linguísticas se traduzem na “manutenção do *status quo* do dominador” (Calvet, 2007, citado em Bastos, 2015, p. 269), na luta simbólica específica pela ordenação simbólica do mundo, podemos considerar que a “lusofonia” enquanto conceito² exerce um papel de destaque, enquanto a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) surge como entidade política que a promove (Sousa, 2006).

Neste contexto, importa salientar que a língua portuguesa é considerada um meio ou alavanca do desenvolvimento económico, social e cultural no espaço lusófono (RCM n.º 196/2005, de 22 de dezembro, p. 7185; RCM n.º 17/2014, de 7 de março, p. 1767), verificando-se uma procura de poder efetivo, nomeadamente o económico, a par da perpetuação de poder simbólico (Bourdieu, 2011; Quijano, 1992, 2009), sendo a língua uma componente de *soft power* (Palma, 2006), conceito definido por Nye (2004, p. x) como “a capacidade de alcançar o que se pretende pela atração em detrimento da coerção ou de pagamentos”, sendo “proveniente da atratividade da cultura, ideologias e políticas de um país”. Nos projetos de CP, a língua portuguesa é a língua priorizada em detrimento de outras línguas, mesmo línguas maternas ou faladas pela maioria da população, porque, ao contrário destas, o português é considerado uma “língua global” (Reto, 2012) e possui base de apoio legal e político (Melo-Pfeifer & Pinto, 2018).

No âmbito da CP, a língua, para além de ser alvo de políticas de promoção, surge como um objetivo em si mesmo – “a expansão da língua portuguesa” – e fator de “persistência de certos mitos (“a língua portuguesa é a nossa pátria”; “os amigos e os inimigos de Portugal distinguem-se pelo uso e pelo apoio demonstrado à utilização do português”))” (Pereira, 2005, pp. 9-11).

Enquanto componente crucial dos projetos da CP, a língua portuguesa como elemento de poder simbólico foi imposta inicialmente por estruturas de colonialismo, ou seja, pelas condições institucionais específicas referidas por Saussure (1960, citado em Bourdieu, 2008, p. 31), mencionadas anteriormente. Embora estas estruturas tenham sido desintegradas, com o final do colonialismo enquanto sistema, elas abriram espaço ao surgimento de relações de colonialidade cultural, mais duradouras e de carácter simbólico, perpetuando a dominação colonial (Quijano, 1992, 2009). No entender de Quijano (2014): “la ‘cultura de los dominantes’ es también ‘la cultura de los dominados’” (pp. 672- 673). Esta ideia é reforçada por Vanessa Andreotti, quando evoca os estudos de Spivak nos quais esta

² Que pode ser definido como “um movimento multicultural de povos que falam uma mesma língua, o português” (Martins, 2015, p. 10).

se refere à “violência epistémica do colonialismo” (citado em Andreotti, 2014, p. 61), violência que afeta quer o colonizador, quer o colonizado – o colonizador, não permitindo que este se torne consciente da sua situação de dominação, e o colonizado, criando neste o desejo de ser “civilizado” de forma a participar do desenvolvimento que reconhece no colonizador³. Santos (2009) expressa esta mesma ideia ao referir que “a epistemologia ocidental dominante foi construída na base das necessidades de dominação colonial e assenta na ideia de um pensamento abissal” (p. 13), entre o que é científico, o que é evoluído, enfim, o que é desenvolvido (“o lado de cá da linha”), e o seu contrário, o que não é científico, o que é atrasado, o que não é desenvolvido e tem de o ser (“o lado de lá da linha”). Este pensamento, segundo o autor, “continua a vigorar hoje, muito para além do fim do colonialismo político” (Santos, 2009, pp. 13-14).

A questão linguística não está imune a esta “violência epistémica” ou a este “pensamento abissal”. Basta recordar “a proibição do uso de línguas próprias em espaços públicos” (Santos, 2009, p. 29) no período colonial ou o quão desprezado foi o crioulo “durante a longa noite colonial” (Carlos Lopes, 1988, citado em Laranjeiro & Filipe, 2012). Embaló (2008) refere-se a esta situação, utilizando conceitos que já nos são familiares:

a partir dos anos vinte do século xx ele [o kriol] começou a ser estigmatizado e a sua utilização acabou por ser interdita pelas autoridades coloniais, o mesmo acontecendo com as línguas das comunidades etnolinguísticas. O kriol passou a ser visto como uma língua de “não civilizado” e aquele que falasse português era considerado “civilizado” (Embaló, 2008, p. 103).

Após a independência, podemos verificar como a língua portuguesa é incluída na “cultura dos dominados” e gera tensões no trabalho de Paulo Freire e da sua equipa na Guiné-Bissau nos primeiros anos após a independência (Freire, 1984, 2008), tendo consequências até à atualidade, levando mesmo à evocação da memória de Amílcar Cabral, sem a situar num tempo histórico, para legitimar as posições tomadas (Morgado, Santos, & Silva, 2016). Após 1975, o crioulo expandiu-se por todo o país e afirmou-se como língua de identidade nacional, sendo, no entanto, sentidas, ainda na atualidade, as implicações decorrentes da política linguística colonial, por exemplo, na manutenção da língua portuguesa como única língua oficial.

³ A este propósito podemos recordar a letra da música “Apili” de José Carlos Schwarz, na qual refere “*Ma tugas ruma se kargu / pa e riba se tera / Kombatentis entra prasa / Omi di Apili bai / i bai buska mindjer nobu / ki sibi entra ki sibi sai*” (“Mas os tugas arrumaram as malas / para voltarem para a sua terra / Os combatentes entraram na cidade / O marido de Apili também foi / e procurou outra mulher / mais fina e desembaraçada”).

Neste processo, e em vários momentos e com diferentes intensidades, a CP desempenhou um papel importante (Mateus & Pereira, 2005; Silva, 2016). Anteriormente, afirmou-se que a língua era um instrumento utilizado na implementação de projetos da CP. No entanto, pode concluir-se que esta é uma via de dois sentidos, ou seja, que a CP é um veículo de promoção e afirmação da língua portuguesa numa escala global, dado o seu objetivo estratégico “[...] consolidar e reforçar a Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e a sua afirmação no sistema internacional” (RCM n.º 43/99, de 18 de maio, p. 2649).

Enquanto atores/instrumentos de reprodução do poder simbólico da língua portuguesa no âmbito da CP, podem destacar-se: o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (Camões - ICL), organismo coordenador da cooperação para o desenvolvimento, que possui como uma das suas mais destacadas funções a promoção da língua portuguesa (Decreto-Lei [DL] n.º 21/2012, de 30 de janeiro); a comunicação social como “veículo privilegiado para defesa e divulgação da língua portuguesa”, nomeadamente através de acordos assinados entre Portugal e os PALOP para cooperação nesta área, destacando-se os assinados com Angola e Moçambique (RCM n.º 43/99, de 18 de maio, p. 2639); e o Fundo da Língua Portuguesa, criado em 2008, com a função de “promover a língua portuguesa enquanto instrumento de prossecução dos objetivos do milénio” (DL n.º 248/2008, de 31 de dezembro, p. 9211).

Considerações finais

A cooperação portuguesa centralizada, enquanto vertente fundamental da política externa de Portugal, sempre deu um especial destaque à língua portuguesa – por um lado, enquanto instrumento de aplicação de projetos, nomeadamente na área da educação; por outro lado, como língua a ser promovida no espaço dos países de língua oficial portuguesa (RCM n.º 43/99, de 18 de maio; RCM n.º 196/2005, de 22 de dezembro; RCM n.º 17/2014, de 7 de março). Neste contexto, e como mostra esta reflexão, a língua, enquanto estratégia de *soft power* da cooperação portuguesa centralizada, e conseqüentemente do Estado português, cria um enviesamento aos objetivos inerentes ao que é aceite como cooperação para o desenvolvimento, surgindo como um sistema de poder simbólico (Bourdieu, 2003, 2008, 2011) que perpetua relações de colonialidade (Quijano, 1992, 2009, 2014) e de violência epistémica (Spivak, citado em Andreotti, 2014, p. 61). A atual conjuntura da cooperação portuguesa centralizada, com o Camões - ICL como organismo que coordena e articula a política externa de Portugal nas

áreas da cooperação internacional, promoção da língua e cultura portuguesas, reforça esta perspetiva.

Apesar de o presente artigo explorar a língua enquanto sistema de poder simbólico, Bourdieu (2011) destaca também a arte e a religião, aspetos que estão fora do alcance deste artigo, mas que requerem investigação posterior. Neste sentido, seria interessante, numa futura investigação, explorar estes dois aspetos, tendo em consideração, no que respeita à religião, por exemplo, o papel que as organizações nacionais de cariz social ou religioso desempenham no âmbito de projetos/programas da cooperação portuguesa centralizada.

Referências

- Andreotti, V. (2014). Educação para a cidadania global. Soft vs critical. *Sinergias – Diálogos Educativos para a Transformação Social*, 1, pp. 57-66 (versão traduzida do original, em inglês, de 2006). <http://www.sinergiased.org/index.php/revista/item/53-vanessa-andreotti-educacao-para-a-cidadania-global-soft-versus-critical>
- Ashcroft, B., Griffiths, G., & Tiffin, H. (2007). *Post-colonial studies: The key concepts* (2.ª ed.). Routledge. (Obra original publicada em 2000)
- Bastos, N. (2015). Políticas linguísticas no âmbito da lusofonia. In M. L. Martins (Coord.), *Lusofonia e interculturalidade. Promessa e travessia* (pp. 263-278). Húmus.
- Bourdieu, P. (2003). *Questões de sociologia* (M. S. Pereira, Trad.). Fim de Século. (Obra original publicada em 1980)
- Bourdieu, P. (2008). *A economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer* (2.ª ed.). Universidade de São Paulo. (Obra original publicada em 1982)
- Bourdieu, P. (2011). *O poder simbólico* (2.ª ed.). Edições 70. (Obra original publicada em 1989)
- Bourdieu, P. (2014). *Sobre o Estado: Curso no Collège de France (1989-1992)*. Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 2012)
- Camões-ICL. (s.d.). *História do Instituto*. [Em linha]. Camões - Instituto da Cooperação e da Língua. <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/gestao-sobrenos/historia>
- Castanheira, A., Barreto, A., Santos, F., Santos, M. I., & Silva, M. (2018). Avaliação por pares ou amigos-críticos: O caso do projeto “Coordenadas para a cidadania global”. *Sinergias – Diálogos Educativos para a Transformação Social*, 7, pp. 49-57.
- Coghlan, D., & Brydon-Miller, M. (2014). *The Sage encyclopedia of action research*. Sage.
- Cornwall, A., & Eade, D. (Eds.) (2010). *Deconstructing development discourse: Buzzwords and fuzzwords*. Practical Action.
- Cravinho, J. (2002). Contestações radicais: Estruturalismo, teorias da dependência e sistema-mundo. In J. Cravinho, *Visões do mundo: As relações internacionais e o mundo contemporâneo* (pp. 171-197). Imprensa de Ciências Sociais.
- Despacho n.º 25931/2009, de 26 de novembro. *Diário da República n.º 230/2009 – II Série*. Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/ened_2010_2015_publicada_dr_nov2009.pdf
- DL (Decreto-Lei) n.º 248/2008, de 31 de dezembro. *Diário da República n.º 252/2008 – I Série*. Ministério dos Negócios Estrangeiros. <https://dre.pt/pesquisa/-/search/444252/details/maximized>
- DL (Decreto-Lei) n.º 21/2012, de 30 de janeiro. *Diário da República n.º 21/2012 – I Série*. Ministério dos Negócios Estrangeiros. https://www.instituto-camoes.pt/images/legislacao/dl21_2012_lo_camoes.pdf
- Dubois, A. (s.d.). Cooperación bilateral/multilateral. *Diccionario de acción humanitaria y cooperación al desarrollo*. [Em linha]. <http://www.dicc.hegoa.ehu.es/listar/mostrar/41>
- Embaló, F. (2008) O crioulo da Guiné-Bissau: Língua nacional e factor de identidade nacional. *Papia. Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico*, 18, pp. 101-107. <http://revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/2027/1848>
- Faria, R. M. T. (2014). *A Cooperação Portuguesa no contexto da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (1998-2012): Um ensaio de modelização*. Tese de doutoramento em Altos Estudos em História, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

- Ferreira, P. M., Cardoso, F. J., & Faria, F. (2015). *O papel de Portugal na arquitetura global do desenvolvimento: Opções para o futuro da cooperação portuguesa*. Instituto Marquês de Valle Flôr - IMVF.
- Freire, P. (1984). *Cartas à Guiné-Bissau: Registos de uma experiência em processo* (4.^a ed.). Terra e Paz.
- Freire, P. (2008). *Amílcar Cabral: O pedagogo da revolução*. <http://forumeja.org.br/files/amilcar.pdf>
- Grosfoguel, R. (2009). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In B. Santos, & M. P. Meneses (Orgs.) (1.^a ed.), *Epistemologias do Sul* (pp. 73-118). Almedina.
- Harber, C. (2014). *Education and international development: Theory, practice and issues*. Symposium Books.
- King, K., & McGrath, S. A. (2004). *Knowledge for development? Comparing British, Japanese, Swedish and World Bank aid*. Zed Books.
- Klees, S. J. (2010). Aid, development, and education. *Current Issues in Comparative Education*, 13(1), 7-28.
- Laranjeiro, C., & Filipe, J. (2012). O crioulo como estratégia de desenvolvimento. *Buala. Cultura Contemporânea Africana*. <https://www.buala.org/pt/a-ler/o-crioulo-como-estrategia-de-desenvolvimento>
- Little, A. W., & Green, A. (2009). Successful globalisation, education and sustainable development. *International Journal of Educational Development*, 29(2), 166-174.
- Martins, M. (Coord.) (2015). *Lusofonia e interculturalidade – Promessa e travessia*. Húmus.
- Mateus, M. H. M., & Pereira, L. T. (Orgs.) (2005). *Língua portuguesa e cooperação para o desenvolvimento*. Colibri & CIDAC.
- Melo-Pfeifer, S., & Pinto, P. F. (Orgs.) (2018). *Políticas linguísticas em português*. Lidel.
- Milando, J. (2005). *Cooperação sem desenvolvimento*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Morgado, J. C., Santos, J., & Silva, R. da. (2016). Currículo, memória e fragilidades: Contributos para (re)pensar a educação na Guiné-Bissau. *Configurações*, 17, 57-77. <https://journals.openedition.org/configuracoes/3283>
- Nogueira, J., & Messari, N. (2005a). O marxismo. In J. Nogueira, & N. Messari, *Teoria das relações internacionais: Correntes e debates* (pp. 105-131). Elsevier.
- Nogueira, J., & Messari, N. (2005b). Os pós-modernos/pós-estruturalistas. In J. Nogueira, & N. Messari, *Teoria das relações internacionais: Correntes e debates* (pp. 187-220). Elsevier.
- Nye Jr., J. S. (2004). *Soft power: The means to success in world politics*. Public Affairs.
- OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). (2010). *Portugal - Development Assistance Committee (DAC) peer review 2010*. https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/portugal_dac_peer_review.pdf
- Oliveira, A. F., & ACEP. (2012). *Relatório Aid Watch 2012 – Uma leitura da Cooperação Portuguesa desde 2003*. Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento.
- Oliveira, A. F., & ACEP. (2013). *Cooperação Portuguesa: Uma política de Estado?* Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento.
- Palma, E. (2006). *Cultura, desenvolvimento e política externa: Ajuda pública ao desenvolvimento nos países africanos lusófonos*. Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

- Pereira, L. T. (2005). Cooperação para o desenvolvimento: Complexidades e desafios. In M. H. M. Mateus, & L. T. Pereira (Orgs.), *Língua portuguesa e cooperação para o desenvolvimento* (pp. 9-15). Colibri.
- Quijano, A. (1992). Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, 13(29), 11-20. <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>
- Quijano, A. (2009). Colonialidade do poder e classificação social. In B. Santos, & M. P. Meneses (Orgs.), *Epistemologias do Sul* (1.ª ed.) (pp. 73-118). Almedina.
- Quijano, A. (2014). Dominación y cultura (Notas sobre el problema de la participación cultural). In A. Quijano, *Cuestiones y horizontes: De la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder* (1.ª ed.) (pp. 667-690). CLACSO. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506061427/eje3-1.pdf>
- RCM (Resolução do Conselho de Ministros) n.º 43/99, de 18 de maio. *Diário da República n.º 115/1999, Série I-B*. Presidência do Conselho de Ministros. <https://dre.pt/pesquisa/-/search/323080/details/maximized>
- RCM (Resolução do Conselho de Ministros) n.º 196/2005, de 22 de dezembro. *Diário da República n.º 244/2005, Série I-B*. Presidência do Conselho de Ministros. <https://dre.pt/pesquisa/-/search/464205/details/maximized>
- RCM (Resolução do Conselho de Ministros) n.º 82/2010, de 4 de novembro. *Diário da República n.º 214/2010, Série I*. Presidência do Conselho de Ministros. <https://dre.pt/home/-/dre/309277/details/maximized>
- RCM (Resolução do Conselho de Ministros) n.º 17/2014, de 7 de março. *Diário da República n.º 47/2014, Série I*. Presidência do Conselho de Ministros. <https://dre.pt/pesquisa/-/search/572415/details/maximized>
- Reto, L. (Coord.) (2012). *Potencial económico da língua portuguesa*. Texto Editores.
- Santos, B. S., & Meneses, M. P. (Orgs.) (2009). *Epistemologias do Sul*. Almedina.
- Shields, R. (2013). *Globalization and international education*. Bloomsbury Academic.
- Slater, D. (1998). Post-colonial questions for global times. *Review of International Political Economy*, 5(4), 647-678. <https://doi.org/10.1080/096922998347417>
- Silva, R. M. F. da. (2016). *Entre o internacional e o local – Impacto e efeitos de programas de educação em cooperação para o desenvolvimento. Um estudo de caso na Guiné-Bissau*. Tese de doutoramento em Ciências da Educação, Universidade do Minho, Braga, Portugal. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/48725>
- Sousa, H. (2006). A mobilização do conceito de lusofonia: O caso dos canais internacionais da RTP. In M. Martins, H. Sousa, & R. Cabecinhas (Orgs.), *Comunicação e lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media no espaço lusófono* (pp. 165-182). Campo das Letras.
- Unterhalter, E., & McCowan, T. (Eds.) (2015). *Education and international development: An introduction*. Bloomsbury.